

**CADERNO DE ORIENTAÇÕES PARA AS DISCUSSÕES E
ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**

CEFET-MG



CADERNO DE ORIENTAÇÕES PARA AS DISCUSSÕES E

ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Comissão Geral de Elaboração do PPI

Portaria DIR nº 670/2020

Versão: 15 de abril de 2021



Comissão Geral de Elaboração do Projeto Pedagógico Institucional

Portaria DIR nº 329/2020 - Constitui a Comissão Geral responsável por conduzir o processo de elaboração do Projeto Pedagógico Institucional;

Portaria DIR nº 670/2020 - Reconduzir a Comissão responsável pela elaboração de Proposta do Projeto Pedagógico Institucional (2021-2030) do CEFET-MG, constituída pela Portaria DIR nº 329/2020, de 18 de maio de 2020;

Portaria DIR nº 791/2020 - Altera o Caput do Art. 1º da Portaria DIR nº 670/2020, de 28 de setembro de 2020 (inclui discentes da graduação e da pós-graduação);

Portaria DIR nº 68/2021 – Prorroga por 180 (cento e oitenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório final da Comissão responsável pela elaboração de Proposta do Projeto Pedagógico Institucional (2021-2030) do CEFET-MG, reconduzida pela Portaria DIR nº 670/2020 - GDG, de 28 de setembro de 2020.

Membros da Comissão:

- Joyce de Oliveira Ribeiro (Presidente)
- Abelardo Bento Araújo
- Carla Simone Chamon
- Carolina Riente de Andrade Paula
- Gustavo Alcântara Elias
- Laíse Ferraz Correia
- Lindolpho Oliveira de Araújo Junior
- Maria Adélia da Costa
- Arthur de Moraes Novaes (discente)
- Henrique Buldrini Barreto (discente) / Substituído por Ana Cláudia Rodrigues e Silva (Portaria DIR nº 265/2021)
- Juliana Mendonça Rodrigues (discente)

As dúvidas devem ser encaminhadas para: abelardo@cefetmg.br ou joyceribeiro@cefetmg.br

SUMÁRIO

1 O PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL: LEGISLAÇÃO E FUNÇÃO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	5
1.1 O que é o Projeto Pedagógico Institucional (PPI)?	5
1.2 Qual é a fundamentação legal para a elaboração do PPI?	5
1.3 Qual é a fundamentação teórico-política para a elaboração do PPI?	6
1.4 Quais as relações entre o PDI e o PPI?	6
1.5 Por que o fundamento legal para o PPI é a legislação de ensino superior?	8
1.6 Sendo uma exigência para as Instituições de Ensino Superior, o PPI contempla a Educação Profissional Técnica de Nível Médio?	8
1.8 Quais as oportunidades estão presentes no processo de elaboração ou reestruturação?	8
1.9 Um PPI tem validade?	9
1.10 Como o processo de construção do PPI será feito?	9
1.11. Como a comunidade poderá participar dessa construção?	9
1.12. O PPI é um documento normativo?	9
1.13. Qual é a estrutura do PPI ?	10
2 A CONSULTA PÚBLICA DE TEMAS	12
2.1 O formulário	12
3 ANÁLISE QUANTITATIVA DA AVALIAÇÃO DOS TEMAS DISPONIBILIZADOS	17
4 RESUMO DA ORGANIZAÇÃO DOS TEMAS SUGERIDOS	22
4.1 Política de ensino	23
4.2 Política de pesquisa	24
4.3 Política de extensão	25
4.4 Políticas institucionais	26

5 METODOLOGIA: FASES E PROCEDIMENTOS PARA AS DISCUSSÕES	28
5.1 Fase: Preparação.....	28
5.2 Fase: Elaboração I – Consulta de temas.....	28
5.3 Fase: Elaboração II – Discussão.....	29
5.3.1 Elaboração do cronograma local	29
5.3.2 Reflexão valorativa.....	29
5.3.3 Organização de grupos para a discussão dos temas.....	30
5.3.4 Aplicação da matriz SWOT.....	30
5.3.5 Sintetização das propostas e diretrizes.....	30
5.4 Fase: Elaboração III - síntese.....	30
5.4.1 Formação dos Grupos Temáticos Intercampi	31
5.4.2 Organização e elaboração das sínteses	31
5.4.3 Apresentação das sínteses.....	31
5.5 Fase: Revisão e Aprovação.....	31
5.6 O Instrumento de coleta de dados: Matriz SWOT.....	31
5.6.1 Etapa 1 - Diagnóstico por matriz SWOT.....	32
5.6.2 Etapa 2 – Análise dos aspectos apontados na matriz SWOT.....	33
5.6.3 Etapa 3 - Elaboração de propostas de diretrizes.....	33
6 CRONOGRAMA	34
REFERÊNCIAS	36

1 O PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL: LEGISLAÇÃO E FUNÇÃO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Nesta seção estão algumas questões respondidas, dúvidas comuns sobre o Projeto Pedagógico Institucional.

1.1 O que é o Projeto Pedagógico Institucional (PPI)?

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é “um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas da IES [Instituição de Ensino Superior], tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos” (BRASIL, 2006, p. 35). A definição do PPI como um “instrumento político” é crucial para a não redução do plano que resulta do processo de planejamento a um cumprimento burocrático. Significa que ele deve ser “instrumento para a ação”. Trata-se de um plano em que se delineiam as políticas de ensino, pesquisa e extensão para a instituição e se materializa no cotidiano acadêmico por múltiplas formas. O PPI torna público os compromissos institucionais no âmbito pedagógico, direcionando assim, em longo prazo, os esforços coletivos em prol da proposta educativa que se deseja implementar.

O processo de construção do PPI organiza de forma ampla as orientações pedagógicas institucionais e apresenta as diretrizes para as políticas de ensino, de pesquisa e de extensão; o perfil humano e profissional do egresso; as concepções de currículo, de avaliação e de planejamento.

1.2 Qual é a fundamentação legal para a elaboração do PPI?

O Decreto 9.235/2017, que regulamenta a Lei 10.861/2004 (Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) menciona o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) como parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da seguinte forma:

Art. 21. Observada a organização acadêmica da instituição, o PDI conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

I - missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

II - **projeto pedagógico da instituição**, que conterá, **entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;**

[..]

No entanto, vale ressaltar que o PDI entra no arcabouço normativo da educação superior a partir dos anos 2000. Primeiro, no Parecer CNE/CES 1.366/2001 e, depois, na Resolução CNE/CES nº 10/2002, relatada no mesmo parecer, que dispunha sobre o credenciamento, transferência de manutenção, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior do Sistema Federal de Educação Superior. Enquanto isso, como veremos a seguir, o Projeto Político-Pedagógico já figurava no arcabouço teórico da educação brasileira como instrumento fundamental do exercício da gestão democrática do ensino público e do exercício da autonomia didático-pedagógica ou

didático-científica das instituições educacionais. No arcabouço legal, o marco é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996, que postula o Projeto Político-Pedagógico como instrumento de gestão democrática.

1.3 Qual é a fundamentação teórico-política para a elaboração do PPI?

Enquanto o PDI e outros tipos de plano entram para o arcabouço legal da Educação Superior somente a partir dos anos 2000, como, por exemplo, o Planejamento Estratégico¹, que se torna obrigatório a partir de 2017, tendo sido regulamentado em 2020, o Projeto Pedagógico da instituição de ensino ou Projeto Político-Pedagógico, como seria mais adequado nomeá-lo, tem precedência filosófica e histórica no que se refere à concepção da instituição educacional no Brasil. Em suas menções na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996, o projeto político-pedagógico surge como condição de efetivação da “gestão democrática do ensino público” e como instrumento básico das definições em relação ao que se chamou na legislação educacional brasileira de “autonomia didático-pedagógica” ou de “autonomia didático-científica”, no caso das instituições de ensino superior, conforme os Artigos 206 e 207 da Constituição Federal.

1.4 Quais as relações entre o PDI e o PPI?

Como se viu no item 1.2, o PPI é posto na legislação como parte do PDI. É no PPI que se definem, entre outras, as diretrizes para as políticas de ensino, pesquisa e extensão. Isso quer dizer que ele deve indicar qual direção os planejamentos mais estratégicos e focalizados devem tomar. São esses outros planos que estabelecem metas específicas, bem como os caminhos para alcançá-las. Por exemplo, no PPI não se discutem recursos orçamentários nem em que medida estes possibilitam a concretização de condições materiais para o ensino, mas pensa-se na política em sentido amplo para o ensino, o que não exclui exigências materiais.

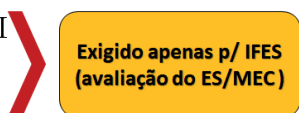
Para melhor compreender a relação entre PPI e PDI, pode-se tomar como exemplo uma das metas do PDI, a saber: “revisar e consolidar o arcabouço normativo do ensino na EPTNM”. No entanto, essa revisão e consolidação pode ser feita numa direção mais burocrática ou numa direção mais democrática e inclusiva. O instrumento que indica qual direção tomar para a efetivação dessa meta é o PPI. Assim ele assume o seu papel de referencial institucional para a proposição de cada uma dessas metas.

A seguir, encontram-se os quatro instrumentos da gestão estratégica no âmbito da administração pública federal.

Figura 1- Instrumentos da Gestão Estratégica Institucional

- Política de Governança – PGOV
- Plano Estratégico Institucional – PEI

- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI
- Projeto Pedagógico Institucional – PPI

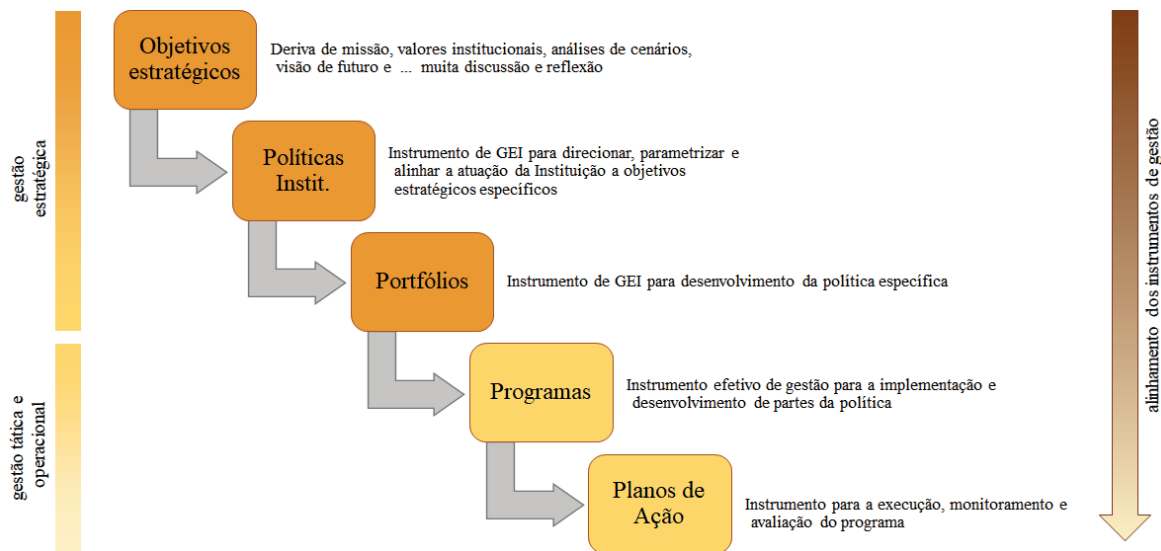


Exigido apenas p/ IFES
(avaliação do ES/MEC)

Fonte: CEFET-MG (2020)

¹ Instrução Normativa do Ministério da Economia nº24/2020.

Figura 2 - Metodologia para Gestão Estratégica Institucional: instrumentos



Fonte: CEFET-MG (2020)

Para compreender a relação entre o PPI e os demais planos no âmbito da gestão institucional e, conseqüentemente, o que é objeto de discussão e exposição nesse instrumento de gestão, é importante estabelecer uma hierarquia. O PPI se ocupa de diretrizes que orientam a criação de políticas. Para concretizar as políticas, são necessárias especificações em programas. Por fim, para realizar os programas, são necessários os planos de ação.

É por isso que, em vez de tomar como objeto de discussão, por exemplo, problemas específicos quanto ao currículo no âmbito de um curso ou de disciplinas e propor a mudança, o PPI deve, a partir desses problemas, trazer as linhas gerais os princípios e as diretrizes para a definição dos currículos na instituição. Posteriormente, essas diretrizes é que permitirão que aquele problema específico de ordem curricular seja resolvido, a partir da política curricular institucional, dos programas e planos de ação.

- Suponhamos que alguém sugeriu “Geometria Analítica e Álgebra Vetorial (GAAV)” como tema a ser discutido, porque identifica nessa disciplina uma questão a ser resolvida.
- Se se toma a discussão da disciplina GAAV como foco, seria necessário discutir todas as demais disciplinas de todos os cursos.
- Assim, a ideia de um PPI, ao indicar diretrizes, é discutir os temas de forma mais ampla, para que, em seguida, esses princípios possam ser materializados em planos menores. No caso das disciplinas, em planos de reestruturação dos cursos e, finalmente, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Por essa razão, os temas coletados na consulta pública foram organizados em categorias mais amplas. A ideia é que eles continuem sendo considerados na discussão, mas no âmbito de categorias mais amplas e com vistas ao estabelecimento de diretrizes também mais amplas. O tema GAAV sugerido na consulta pública, por exemplo, será encontrado no caderno de temas listado sob a categoria “Currículo”.

1.5 Por que o fundamento legal para o PPI é a legislação de ensino superior?

Porque, conforme o Decreto 5.224/2004, que *dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências*, os CEFET *são autarquias federais, vinculadas ao Ministério da Educação, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar*. O mesmo Decreto estabelece, no Art. 1º, § 1º que: “Os CEFET *são instituições de ensino superior pluricurriculares*, especializados na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica.” ([Redação dada pelo Decreto nº 5.773, de 2006](#)) (grifo nosso)

Dessa forma, apesar de serem supervisionados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, como estabelece o § 3º do Art. 1º, no âmbito do ensino superior (graduação e pós-graduação) existem regulamentações específicas quanto ao credenciamento e credenciamento institucional, avaliação dos cursos, entre outras, às quais os CEFET estão submetidos. Entre essas normas estão a Lei 10.861/2004, que é a Lei do Sistema de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), e suas regulamentações.

1.6 Sendo uma exigência para as Instituições de Ensino Superior, o PPI contempla a Educação Profissional Técnica de Nível Médio?

Sim. O PPI é um instrumento de gestão institucional que resulta de um processo de planejamento global na instituição. O plano que dele resulta deve incluir todas as políticas de ensino, pesquisa e extensão dessa instituição.

1.7 Qual a importância do PPI para a Instituição?

O PPI é **fundamental** para uma instituição de ensino, sobretudo para a instituição pública, porque materializa as concepções, os valores e as diretrizes que orientarão a prática educativa e todos os processos vinculados a essa prática na instituição. Além da orientação filosófica quanto aos demais instrumentos de planejamento e gestão institucional, já mencionada, um exemplo da importância prática desse documento é seu impacto nos projetos pedagógicos de cada um dos cursos oferecidos pela instituição, tanto no âmbito da educação profissional técnica de nível médio, quanto no ensino superior (graduação e pós-graduação). Ao reestruturar ou elaborar uma nova proposta de curso, as comissões deverão acompanhar os posicionamentos e orientações estabelecidos no PPI no que se refere às perspectivas para o currículo, para a metodologia de ensino, para a avaliação, ao perfil do egresso.

1.8 Quais as oportunidades estão presentes no processo de elaboração ou reestruturação?

Reestruturar o PPI vai além do cumprimento de uma exigência legal, porque é uma valiosa oportunidade de participação democrática de reflexão e apontamento de rumos institucionais. O processo de elaboração/reestruturação do PPI representa três oportunidades principais. A primeira delas é o **posicionamento** da instituição diante da realidade (em que sociedade nos inserimos e o que queremos com essa inserção). A segunda é a **aproximação entre teoria e prática**, aproximação máxima entre o que pensamos e o que fazemos em educação. A terceira, ligada ao exercício reflexivo implicado nas duas anteriores, é a **formação** das pessoas que se envolvem nesse processo.

1.9 Um PPI tem validade?

Sim, embora o importante não seja a “validade” em si, mas o estabelecimento de um prazo para avaliação do PPI e, se necessário, reestruturação. O PPI do CEFET-MG terá validade de 10 anos. Esse prazo foi estabelecido tendo em vista o novo processo de credenciamento institucional junto ao Ministério da Educação, que ocorrerá em 2030. É válido dizer que PPI delinea um horizonte de **longo prazo**², em vez de metas anuais, por exemplo. No PPI, define-se o caráter da instituição, de sua identidade e função social, trata-se da definição dos compromissos *pedagógicos* assumidos pelo CEFET-MG, além das contribuições pretendidas nos âmbitos local, regional e nacional, por meio das atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão.

1.10 Como o processo de construção do PPI será feito?

O PPI será reelaborado por meio do planejamento participativo, que é uma das formas de realização da gestão democrática do ensino público, conforme o Art. 206, inciso VI da Constituição Federal e a regulamentação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996, que prevê o mesmo princípio de “gestão democrática do ensino público” (Art. 3º, inciso VIII), além da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola (Art. 14).

Há um cronograma provisório, definido pela Comissão Geral de Elaboração do PPI, estabelecida pela Portaria DIR-670/2020. Esse cronograma será discutido e revisto com as comissões locais, existentes em cada campus para orientar as discussões localmente.

É importante ressaltar ainda que essas fases serão sempre noticiadas e o objetivo é que todos participem e compreendam o que está sendo realizado em cada fase.

1.11. Como a comunidade poderá participar dessa construção?

Obedecidas as diretrizes legais, todo o conteúdo do PPI é determinado pelas discussões entre os sujeitos que compõem a comunidade escolar. Por isso, é necessário contemplar a participação de todos os estudantes, professores, técnicos administrativos e de membros da comunidade externa. A participação foi prevista de duas formas: uma primeira numa consulta pública dos temas que devem ser objeto de discussão no PPI, etapa já realizada, e uma segunda, em que ocorrem as discussões propriamente ditas desses temas pela própria comunidade escolar. Essas discussões ocorrerão tanto no âmbito de cada *campus*, quanto num âmbito mais amplo, contemplando toda a instituição. As discussões vão sendo registradas e sintetizadas, mediante instrumentos sugeridos pela comissão geral de elaboração, até que se configurem propostas para compor no PPI.

1.12. O PPI é um documento normativo?

Não. O PPI é um instrumento de gestão com diretrizes para a elaboração de políticas, programas, planos de ação, normas, projetos de curso. É “um documento de reflexão, na medida em que se esforça para expor as ‘razões’ dos aspectos às vezes indicados como elementos de qualidade.” (BONDIOLI, 2013, p. 24)

² O planejamento de longo prazo é descrito na literatura educacional como aqueles que se referem a períodos de 5 a 15 anos. (PADILHA, 2005, p. 57)

1.13. Qual é a estrutura do PPI ?

Não existe uma forma rígida para a redação do PPI, contudo, é primordial que haja na sua elaboração discussões e debates que possibilitem o envolvimento e a participação da comunidade acadêmica na busca de subsídios para compreender o cenário real de ensino, pesquisa e extensão na EPT. A partir desse mapeamento, esses atores, por meio de um processo democrático, planejam e elaboraram políticas e metas institucionais que visem à transição do cenário real para um cenário ideal de formação integrada na EPT.

Nesse sentido, o plano é apenas o registro dos compromissos assumidos, das metas ou outras questões relevantes para a realização do trabalho posterior. No entanto, existem indicações teóricas que auxiliam na compreensão da relação entre essas duas questões fundamentais na elaboração e a redação do plano resultante desse processo de reflexão. Isso é importante, para a maioria das pessoas, para balizar o trabalho, porque facilita a compreensão do produto objetivo do processo. O Quadro 1 especifica as partes do PPI enquanto documento escrito.

Quadro 1 – Explicação da estrutura do PPI enquanto documento escrito

PARTES (conforme teoria)	SIGNIFICADO	QUESTÕES FUNDAMENTAIS	PORTE DO DOCUMENTO ESCRITO
-			1 Introdução ou apresentação do projeto
<p>PARTE I: MARCO REFERENCIAL</p> <p>• A. Marco Situacional (Contexto e justificativa do projeto)</p> <p>• B. Marco Filosófico (Valores, Princípios, Objetivos e finalidades da Instituição Escolar, Objetivos do trabalho pedagógico)</p> <p>• C. Marco Operativo (Eixos de trabalho, princípios de organização da instituição. Podem descrever os objetivos por área de trabalho, por exemplo. Exemplo: Objetivos e linhas de trabalho para ensino, pesquisa e extensão):</p>	<p>É o ideal: O Marco Referencial é a “tomada de posição da instituição que planeja”. Descreve sua identidade, sua visão de mundo, valores, objetivos, compromissos. Expressa o que direcionará o trabalho da instituição. É fundamentação. Revisão de princípios...</p> <p>• A. Marco Situacional: Análise da realidade política, econômica e social atual. Descrição dos elementos que condicionam a instituição e as ações desta.</p> <p>• B. Marco Filosófico (Doutrinal): corresponde aos ideais de sociedade que se deseja, o tipo de ser humano que se quer formar. Deve descrever as finalidades da escola na realidade em que se insere. Cabe aqui pensar nos objetivos da escola.</p> <p>• C. Marco Operativo: são as grandes linhas de ação. Não confundir com a programação. É como se fossem os eixos de trabalho que orientarão a programação, no último item.</p>	<p>A. Como é a realidade global?</p> <p>B. O que pretendemos alcançar neste contexto?</p> <p>C. Como deve ser nossa ação (globalmente) para buscar o que pretendemos?</p> <p>Ou</p> <p>A. Onde trabalharemos? (Como se apresenta o mundo humano?)</p> <p>B. Para que trabalharemos? (Que finalidades e funções terá nossa instituição, neste mundo humano?)</p> <p>C. Como trabalharemos? (Que direção tomar e que enfoques daremos ao nosso trabalho?)</p> <p>Veiga (1998, p. 6) destaca a importância de se definir as seguintes finalidades:</p> <p>Corno preparar culturalmente os indivíduos para uma melhor compreensão da sociedade em que vivem?</p> <p>Como a escola procura atingir sua finalidade política e social, ao formar o indivíduo para a participação política que implica direitos e deveres da cidadania?</p> <p>Como a escola atinge sua finalidade de formação profissional, ou melhor, como ela possibilita a compreensão do papel do trabalho na formação profissional do aluno?</p> <p>Como a escola analisa sua finalidade humanística, ao procurar promover o desenvolvimento integral da pessoa?</p>	<p>2 Histórico institucional e inserção global e regional</p> <p>3 Missão e valores institucionais</p> <p>4 Princípios filosóficos</p>

PARTES (conforme teoria)	SIGNIFICADO	QUESTÕES FUNDAMENTAIS	PORTE DO DOCUMENTO ESCRITO
<p>PARTE II: DIAGNÓSTICO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Levantamento de dados da realidade escolar; - Análise dos dados e julgamento da realidade; - Identificação das necessidades e possibilidades. 	<p>O diagnóstico é a constatação das necessidades da instituição escolar. É o resultado do confronto entre a situação real e o ideal.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Requer a utilização de instrumentos de coleta de dados e estabelecimento de critérios de análise. No nosso caso, a matriz SWOT. 	<p>B. Até que ponto estamos contribuindo para que o mundo humano seja como pretendíamos que fosse? Quais as causas dos fracassos? Quais as causas dos sucessos?</p> <p>C. A que distância está nossa instituição do ideal que dela fizemos? O que aumenta essa distância? Quais as causas dessa distância? O que já existe que ajuda a diminuir essa distância?</p>	<p>5 Diagnóstico (reflexão qualitativa sobre a relação entre o que buscamos e a situação em que nos encontramos)</p>
<p>PARTE III: PROGRAMAÇÃO</p> <p>Inclui: objetivos, políticas e estratégias para diminuir a distância entre o ideal (marco referencial) e a situação real (constatada no diagnóstico).</p>	<p>É a proposta de ações que diminuam a distância entre o ideal e o real. Envolve o estabelecimento das diretrizes que guiarão o desenvolvimento da ação educativa na instituição. No nosso caso, exemplos: mudanças de perspectiva em relação à articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em relação à avaliação da aprendizagem etc.</p>	<p>O que fazemos no decorrer do plano (orientações da ação e ações concretas) para contribuir mais na direção do que pretendemos alcançar e para diminuir a distância entre o ideal e o real de nossa instituição?</p>	<p>6 Políticas de ensino (EPTNM, Graduação e Pós)</p> <p>7 Políticas de extensão</p> <p>8 Políticas de pesquisa</p> <p>9 Outras políticas institucionais</p>
<p>PARTE IV: AVALIAÇÃO</p>	<p>Nessa parte, coerente com a perspectiva filosófica da avaliação institucional adotada na parte 9, sobre outras políticas institucionais, estabelecem-se relações entre a avaliação institucional e o projeto pedagógico institucional, bem como critérios de avaliação do projeto pedagógico e periodicidade para a sua revisão.</p>	<p>Como avaliaremos a consecução do que almejamos no projeto? Como inserir a avaliação como parte de nossa prática, para que possamos realizar as atividades de forma reflexiva?</p>	<p>10 Avaliação</p>
			<p>Referências</p> <p>Anexos</p>

Fonte: Adaptado de Vasconcellos (2010) e Gandim (2001)

2 A CONSULTA PÚBLICA DE TEMAS

A consulta pública de temas foi a primeira etapa da elaboração do PPI do CEFET-MG. Após a criação da comissão geral de elaboração e das comissões locais em cada *campus*, a comissão geral realizou estudos e discussões prévias, mediante os quais decidiu realizar uma consulta de temas, tendo em vista a dificuldade de elencar os temas que deveriam ser objeto das políticas de ensino, pesquisa e extensão, bem como manter o caráter democrático proposto para a construção do PPI. A decisão pela realização da consulta pública de temas se deve também ao fato de haver liberdade para a estruturação desse instrumento, contanto que ele expresse as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, nos termos do Decreto 9.235/2017, Art. 21.

2.1 O formulário

A consulta de temas foi realizada via formulário criado na Plataforma LimeSurvey®. O formulário conteve seis partes, sendo a primeira composta de um texto inicial; a segunda, de opções de dados de identificação; a terceira, de temas ligados à política de ensino; a quarta, de temas ligados à política de pesquisa; a quinta, de temas ligados à política de extensão; a sexta se referiu a temas ligados à política institucional como um todo. É importante registrar que cada uma das partes sobre as políticas de ensino, pesquisa e extensão continha campo livres para sugestões de temas.

TEXTO INICIAL

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é “instrumento político, filosófico e teórico-metodológico” que norteia as práticas acadêmicas de uma Instituição de Ensino Superior (IES), “tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos” (BRASIL, 2006, p. 35). Nele se projetam os rumos, do ponto de vista pedagógico, a serem trilhados por uma instituição de ensino por um dado período - no nosso caso, serão dez anos.

O PPI deve ser construído de forma participativa, incluindo toda a comunidade escolar no processo de definição do que se quer para a instituição. Todos são convidados a participar das etapas dessa construção. Neste momento, estamos na fase de definição dos temas a serem incluídos no PPI e, para isso, convidamos você a participar.

Nesta consulta, solicitamos que você classifique os temas a seguir, elencados nas áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Políticas Institucionais, segundo a importância que julgar que cada um tem em cada área.

Ao final, você poderá indicar outros temas que não constem na lista.

Sua participação é muito importante.

REFERÊNCIA: BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). **Avaliação externa de instituições de educação superior:** diretrizes e instrumento. Brasília: MEC, 2006.

IDENTIFICAÇÃO

Campus: (escolher opção)

Vínculo: Docente, Técnico, Servidor terceirizado, Aluno.

Nível/Etapa de ensino em que você atua: (se docente, mostrar as 3 opções, podendo marcar as 3; se técnico, não mostrar essa questão; se aluno, mostrar as 3 opções da questão, podendo marcar apenas uma)

Há quanto tempo está vinculado à instituição (2 anos ou menos; 3 a 5 anos; 6 a 10 anos; 11 a 15 anos; 16 a 20 anos; 21 anos ou mais).

POLÍTICA DE ENSINO

Em relação à **Política de ensino no CEFET-MG**, assinale a opção que melhor representa a sua opinião em relação à necessidade de discussão do referido tema. A nota 1 significa “não precisamos discutir”, a nota 2 significa “precisamos discutir pouco”, a nota 3 significa “precisamos discutir” e a nota 4 significa “precisamos muito discutir”. A opção NR é não responder.

Tema	Avaliação				NR
	1	2	3	4	
Autoavaliação institucional do ensino					
Avaliação da aprendizagem					
Educação a Distância					
Estágio					
Impacto social e regional do ensino					
Inovação por meio do ensino					
Metodologias de ensino					
Organização curricular					
Perfil do egresso					
Trabalho como princípio educativo					

Indique outros subtemas que você considera que deveriam ser discutidos no âmbito da Política de Ensino no CEFET-MG

Tema 1 [_____]

Tema 2 [_____]

Tema 3 [_____]

Tema 4 [_____]

Tema 5 [_____]

POLÍTICA DE PESQUISA

Em relação à **Política de pesquisa no CEFET-MG**, assinale a opção que melhor representa a sua opinião em relação à necessidade de discussão do referido tema. A nota 1 significa “não precisamos discutir”, a nota 2 significa “precisamos discutir pouco”, a nota 3 significa “precisamos discutir” e a nota 4 significa “precisamos muito discutir”. A opção NR é não responder.

Tema	Avaliação				NR
	1	2	3	4	
Fomento à divulgação científica e tecnológica					
Fomento à inovação e desenvolvimento tecnológico					
Fomento à pesquisa					
Infraestrutura para a pesquisa					
Inovação, empreendedorismo e transferência de tecnologias e saberes					
Integração da pesquisa na EPTNM, Graduação e Pós-Graduação					
Pesquisa e produção do conhecimento					
Sustentabilidade, redução das desigualdades e promoção da qualidade de vida como objeto da pesquisa					
Transferência de conhecimento para a sociedade					

Indique outros subtemas que você considera que deveriam ser discutidos no âmbito da Política de Pesquisa no CEFET-MG

Tema 1 [_____]

Tema 2 [_____]

Tema 3 [_____]

Tema 4 [_____]

Tema 5 [_____]

POLÍTICA DE EXTENSÃO

Em relação à **Política de extensão no CEFET-MG**, assinale a opção que melhor representa a sua opinião em relação à necessidade de discussão do referido tema. A nota 1 significa “não precisamos discutir”, a nota 2 significa “precisamos discutir pouco”, a nota 3 significa “precisamos discutir” e a nota 4 significa “precisamos muito discutir”. A opção NR é não responder.

Tema	Avaliação				NR
	1	2	3	4	
Desenvolvimento de extensão articulando EPTNM, Graduação e Pós-Graduação					
Desenvolvimento social, profissional, cultural, científico e tecnológico da comunidade local ou regional					
Eventos que integrem: ensino, pesquisa e extensão					
Fomento à produção artístico-cultural					
Inovação e empreendedorismo					
Integração com ensino, pesquisa e sociedade					
Transferência de tecnologias e saberes					

Indique outros subtemas que você considera que deveriam ser discutidos no âmbito da Política de Extensão no CEFET-MG

Tema 1 [_____]

Tema 2 [_____]

Tema 3 [_____]

Tema 4 [_____]

Tema 5 [_____]

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Em relação às **Políticas institucionais no CEFET-MG**, assinale a opção que melhor representa a sua opinião em relação à necessidade de discussão do referido tema. A nota 1 significa “não precisamos discutir”, a nota 2 significa “precisamos discutir pouco”, a nota 3 significa “precisamos discutir” e a nota 4 significa “precisamos muito discutir”. A opção NR é não responder.

Tema	Avaliação				NR
	1	2	3	4	
Acessibilidade					
Acompanhamento de egressos					
Acompanhamento psicológico ao discente					
Alimentação					
Apoio pedagógico e acompanhamento pedagógico ao discente					
Arte, cultura e ensino					
Articulação entre ensino, pesquisa e extensão					
Assessoramento pedagógico ao docente					
Atenção à saúde mental					
Cultura e arte					
Direitos humanos					
Diversidades					
Educação para as relações étnico-raciais					
Esporte e ensino					
Formação continuada dos docentes					
Formação continuada dos técnicos administrativos					
Inclusão digital					
Inclusão social e educacional					
Interdisciplinaridade					
Mobilidade acadêmica nacional e internacional					
Mundo do trabalho					
Organização bimestral, semestral e anual dos cursos					
Sustentabilidade					
Transferência de conhecimento e popularização da ciência					
Verticalização do ensino					

Indique outros subtemas que você considera que deveriam ser discutidos no âmbito das Políticas Institucionais no CEFET-MG

Tema 1 [_____]

Tema 2 [_____]

Tema 3 [_____]

Tema 4 [_____]

Tema 5 [_____]

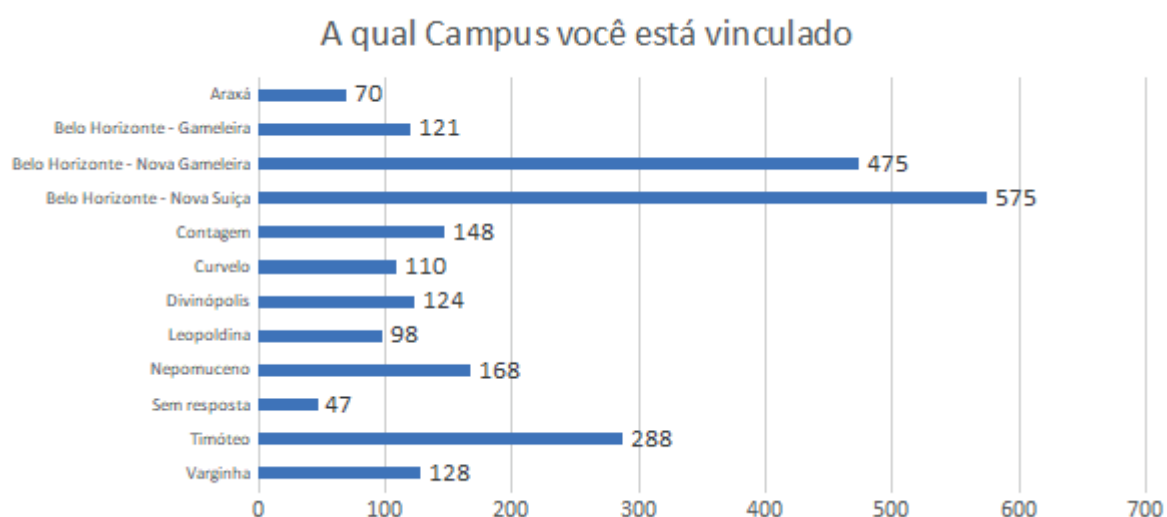
3 ANÁLISE QUANTITATIVA DA AVALIAÇÃO DOS TEMAS DISPONIBILIZADOS

Ao fim do período de consulta, em 28 de fevereiro de 2021, o questionário foi encerrado para a submissão de respostas. Os resultados são apresentados a seguir.

Houve 1335 respostas completas e 1191 respostas incompletas, totalizando 2526 respostas. Observa-se que o LimeSurvey® considera como respostas incompletas aquelas nas quais o respondente abandonou o questionário antes de finalizá-lo. Uma vez que há uma certa independência entre cada grupo de questões: Identificação, política de ensino, política de pesquisa, política de extensão e políticas institucionais, todas as respostas foram consideradas na análise.

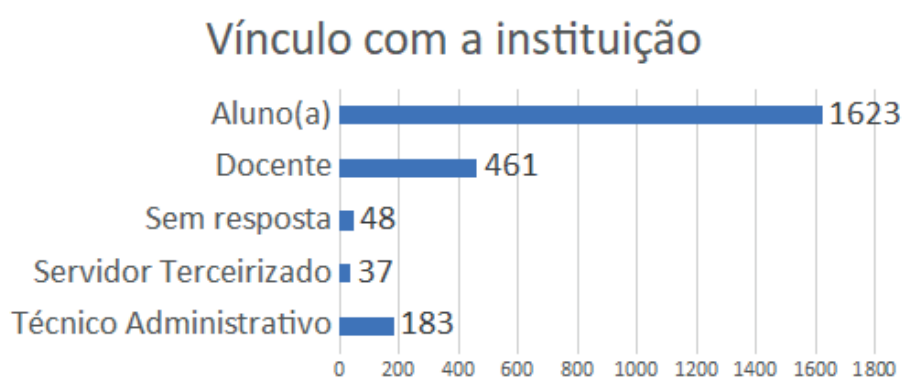
O gráfico 1 mostra a quantidade de respostas por Campus. Destaca-se o fato de que, possivelmente, algumas pessoas consideraram que o Campus Gameleira (antigo Campus VI) era o Campus Nova Gameleira (antigo Campus II). Esta consideração decorre da baixa probabilidade de haver 121 pessoas vinculadas a esse Campus.

Gráfico 1- Vínculo com o Campus



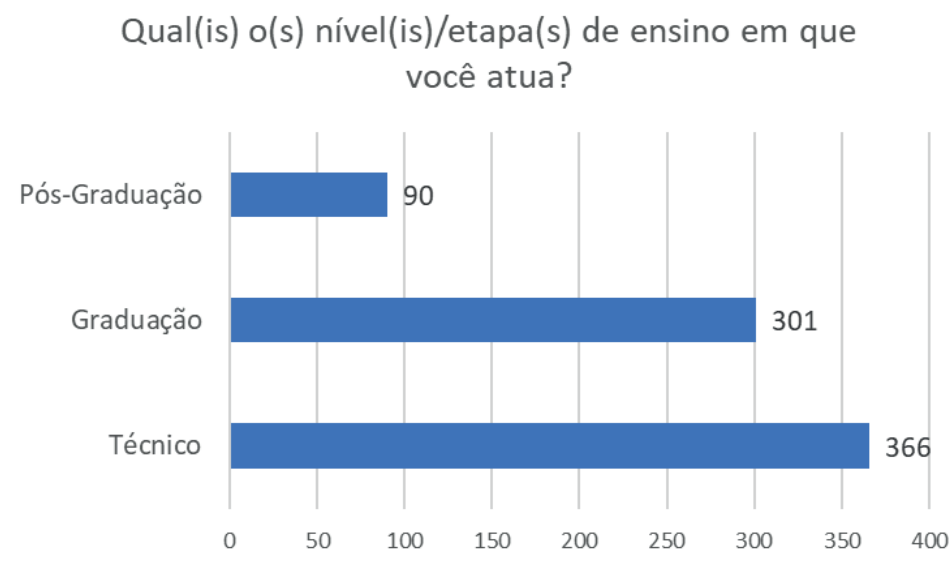
O Gráfico 2 mostra a quantidade de respostas por categoria. Destaca-se a participação significativa dos alunos e de cerca de 43% dos professores.

Gráfico 2 - Vínculo com a instituição



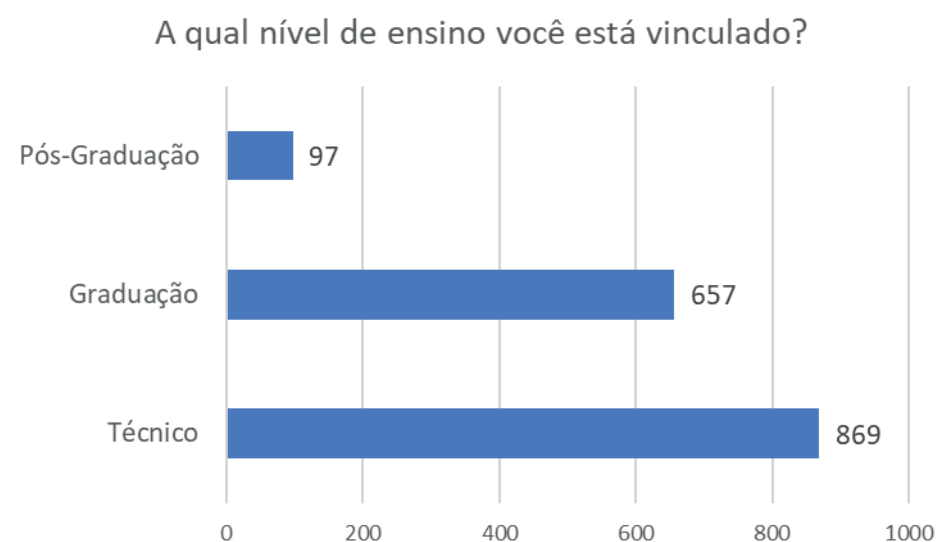
A maioria dos professores que respondeu à pesquisa atua na EPTNM e na graduação. O número de respondentes da pós-graduação é menor, porque há também menos professores que trabalham nessa etapa de ensino. Importante lembrar da possibilidade de o docente atuar em mais de um nível de ensino simultaneamente.

Gráfico 3 - Níveis de ensino em que o professor atua



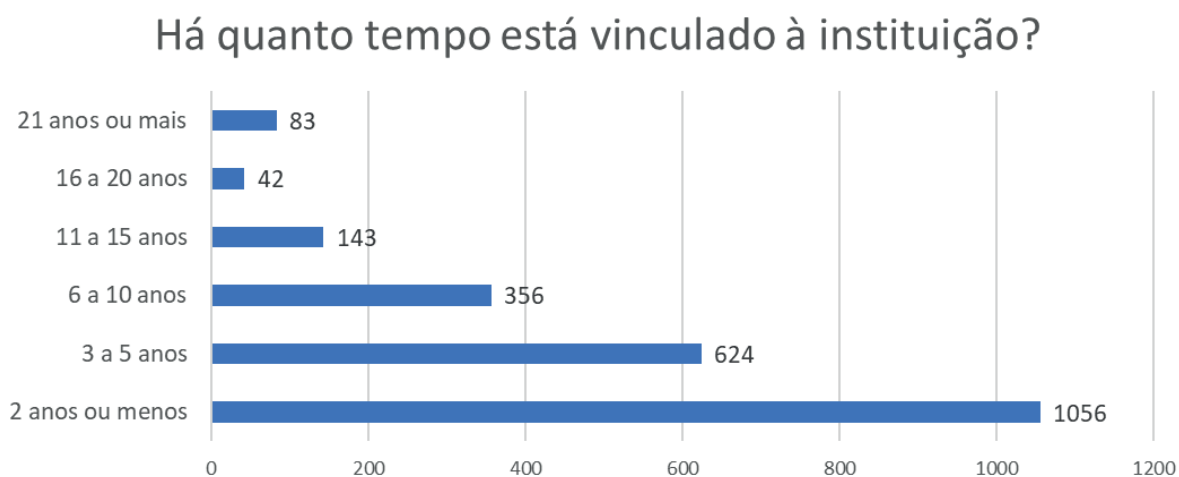
O gráfico 4 mostra que uma maior quantidade de alunos vinculada ao curso técnico respondeu ao questionário, seguida por alunos da graduação e da pós-graduação

Gráfico 4 - Nível de ensino em que o aluno está vinculado



Observa-se no gráfico 5 que a maior quantidade de respondentes possui vínculo com a instituição inferior a 5 anos. Muito provavelmente esse valor está correlacionado com os alunos, visto que aqueles que são vinculados ao ensino técnico possuem 3 anos de vínculo e os da graduação possuem 5 anos de vínculo em média.

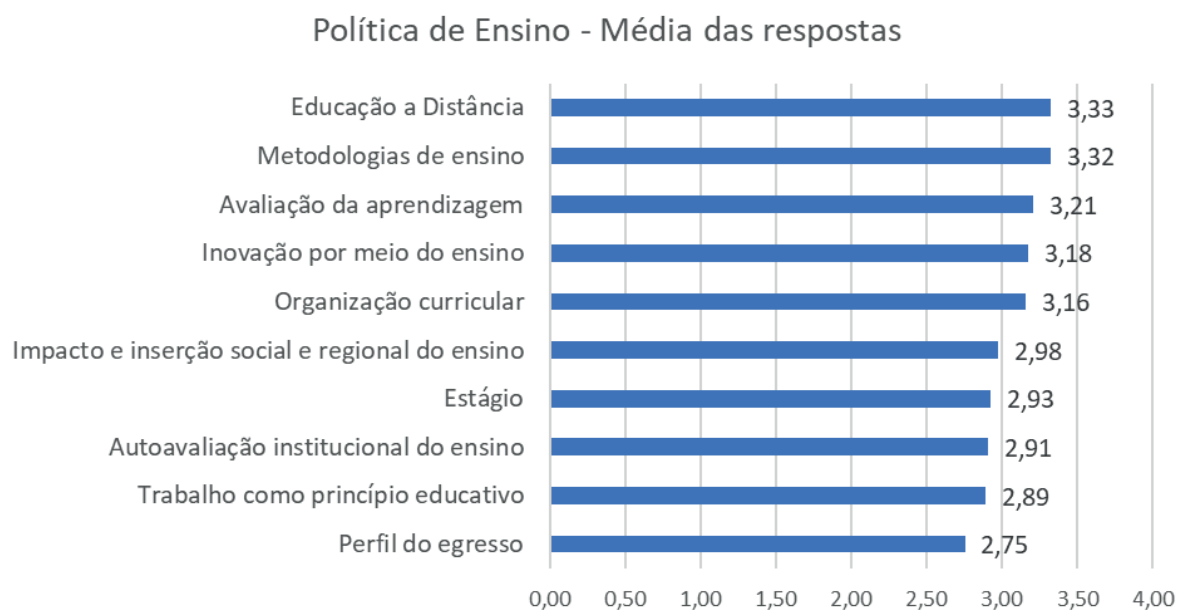
Gráfico 5 - Tempo de vínculo com a instituição



Alguns métodos estatísticos de análise foram testados para poder analisar as respostas às questões referentes à política de ensino, política de pesquisa, política de extensão e políticas institucionais, e expressar os resultados da maneira mais simples, inteligível e significativa. Optou-se por utilizar, num primeiro momento, a média da soma das respostas para cada item do questionário. Ao responder os itens, o entrevistado deveria marcar um número de 1 a 4 em que a nota 1 significava “não precisamos discutir”, a nota 2 significava “precisamos discutir pouco”, a nota 3 significava “precisamos discutir” e a nota 4 significava “precisamos muito discutir”. Assim, os valores eram somados e divididos pelo número de respostas. Os itens foram então agrupados em ordem decrescente do valor da média e os resultados são mostrados nos gráficos a seguir. A média é mostrada utilizando-se duas casas decimais, pois determinados itens tinham valores muito próximos em que somente uma casa decimal não era suficiente para distingui-los na classificação.

O Gráfico 6 mostra a média das respostas para o tema Política de Ensino. Observa-se a proximidade da média das respostas entre os dois primeiros itens, separados somente por um centésimo no valor calculado, o que exemplifica a necessidade de terem sido utilizadas duas casas decimais. Tal fato se repete entre outros conjuntos de itens nessa e nas próximas tabelas. Em geral, pode-se dizer que a comunidade viu uma necessidade maior de discussão de praticamente todos os itens, mesmo o “Perfil do egresso” que, apesar de ter ficado com a menor nota, está muito próximo de três, que significava, no questionário a opção “Precisamos discutir”.

Gráfico 6 - Política de Ensino - Média das respostas



O Gráfico 7 mostra a média das respostas para o tema Política de Pesquisa. Observa-se a proximidade da média das respostas de todos os itens. O primeiro e o último item estão separados por somente 8% do valor da média. Tal fato indica que a comunidade viu a maior necessidade de discussão de praticamente todos os itens presentes no questionário.

Gráfico 7 - Política de Pesquisa - Média das respostas



O Gráfico 8 mostra a média das respostas para o tema Política de Extensão. A análise dos resultados aqui é bem similar ao observado na Política de Ensino. Há a proximidade da média das respostas entre vários itens, separados somente por um centésimo no valor calculado. Também, o item com a menor média, está muito próximo de três, que significava, no questionário, a opção “Precisamos discutir”.



O Gráfico 9 mostra a média das respostas para o tema Políticas Institucionais. Novamente, percebe-se a proximidade da média das respostas entre vários itens, separados somente por um centésimo no valor calculado. Há um destaque para o item “Atenção à saúde mental” que teve a média um pouco maior do que o segundo item. Talvez apontando para uma maior sensibilização da comunidade em relação ao tema. Mais uma vez, os itens com a menor média estão muito próximos de três, mostrando a necessidade de se discuti-los.

Gráfico 9 - Políticas Institucionais - Média das respostas



4 RESUMO DA ORGANIZAÇÃO DOS TEMAS SUGERIDOS

Nesta seção, apresenta-se a organização dos temas sugeridos livremente em cada uma das quatro áreas apresentadas no questionário: Política de Ensino; Política de Extensão; Política de Pesquisa e Políticas Institucionais. A organização dos temas aqui apresentada foi feita, tendo presente que:

- Cada tema sugerido expressa um problema percebido pelo sujeito, que merece atenção quando se trata da discussão de rumos para a instituição;
- A quantidade de temas impossibilita a focalização da discussão, pelos limites temporais, entre outros;
- O foco do Projeto Pedagógico Institucional são as grandes linhas das políticas institucionais, que encerram diretrizes, valores e perspectivas para a instituição.

Assim, foi possível propor a seguinte classificação e organização:

Os temas sugeridos pela comunidade, via questionário de consulta pública de temas, foram categorizados conforme a Classificação Decimal Universal, pelo bibliotecário Leôncio D'Assumpção, lotado na Biblioteca do *Campus* Nova Suíça;

Em seguida, em face da ainda grande quantidade de categorias, estas foram agrupadas em áreas no âmbito das políticas de ensino, pesquisa e extensão, além das políticas institucionais, que podem ser transversais.

Três temas sugeridos na área da Política de Ensino foram migrados aqui para a Política Institucional, por serem mais afetos a esta. São eles: a) Desenvolvimento Estudantil: acompanhamento pedagógico, acompanhamento psicológico, diversidades, inclusão; b) Gestão Institucional; c) Infraestrutura/recursos e pessoal. Ressalta-se que apenas na política de ensino, que era a primeira do questionário, houve sugestões mais ligadas a outra área. Nas demais, os temas foram mantidos nas áreas em que foram sugeridos. Os temas migrados estão sinalizados com um asterisco e há uma observação embaixo do respectivo quadro.

Abaixo seguem os quadros que sintetizam todo esse processo de classificação e organização.

4.1 Política de ensino

Educação, ensino e aprendizagem		442	
Inclui "educação, ensino e aprendizagem", além de "educação a distância, ensino remoto".			
Educação, ensino e aprendizagem	266	Educação à distância, ensino remoto emergencial e pandemia	176
Ementa: Qualidade da educação. Projetos Pedagógicos dos cursos. Integração entre os níveis e etapas de ensino ofertadas. Aprendizagem. Métodos e metodologias de ensino. Expansão da oferta educacional. Verticalização do ensino. Níveis e etapas de ensino ofertadas.		Ementa: Educação a distância. Oferta de disciplinas a distância. Ensino remoto emergencial. Comunicação no ensino remoto emergencial. Regulamentações do ensino remoto emergencial. Avaliação no ensino remoto emergencial.	

Currículo							349
Pela classificação inicial, conforme a CDU, as áreas incluídas nesta categoria eram diversas. No entanto, por expressarem intenções curriculares ou para a formação, foram agrupadas neste item. Inclui os temas curriculares, como aqueles ligados às disciplinas, tangendo perspectivas metodológicas e de avaliação, além de outras experiências como arte, esporte e cultura em geral. Estão aqui também as sugestões ligadas ao empreendedorismo, uma vez que se tratam de sugestões de “formação empreendedora”, por exemplo, o que torna a sugestão um tema curricular.							
Práticas curriculares, estratégias curriculares, tempos e espaços curriculares	319	Arte e cultura	4	Empreendedorismo e inovação tecnológica	19	Esporte	7
Ementa: Multidisciplinaridade e interdisciplinaridade. Demandas sociais e do mundo do trabalho para os currículos. Aplicação do conhecimento. Relação entre teoria e prática. Atualizações curriculares. Cargas horárias e ementas. Turnos das aulas. Flexibilização curricular. Disciplinas técnicas. Formação geral. Atividades extracurriculares.		Ementa: Arte e cultura como parte do currículo.		Ementa: Inovação. Empreendedorismo. Formação empreendedora.		Ementa: Esporte como atividade curricular.	
Avaliação							203
Inclui a avaliação institucional, avaliação docente e do ensino e avaliação da aprendizagem, além da regulamentação do sistema de avaliação nas etapas de ensino ofertadas, o que inclui a recuperação da aprendizagem. Tange os temas de retenção e exclusão escolar.							
Avaliação	156	Evasão, repetência e recuperação				47	
Ementa: Avaliação institucional. Autoavaliação institucional. Avaliação docente e do ensino. Avaliação da aprendizagem: sistema de avaliação, normas e regulamentos, critérios e instrumentos de avaliação. Autoavaliação da aprendizagem. Tempo e prazos das avaliações. Atividades avaliativas.		Ementa: Recuperação da aprendizagem (vínculo com o sistema de avaliação nos diferentes níveis de ensino ofertados). Retenção (repetência/reprovação). Evasão. Relação entre retenção e exclusão escolar (evasão).					
Gestão Acadêmica							183
Pela Classificação Decimal Universal, os temas estão em áreas diferentes. No entanto, eles foram reagrupados, em função da organização institucional. Inclui as categorias de “acesso à informação, comunicação e transparência”, “valores, ideias e política”, referentes a valores da administração pública e a categoria “gestão e organização escolar”, além de “conselhos, órgãos colegiados e de representação”.							
Acesso à informação, comunicação e transparência	37	Gestão e organização escolar	34	Valores, ideias, cidadania e política	100	Conselhos e órgãos colegiados e de representação	12
Ementa: Comunicação entre professores, alunos, técnicos e gestores. Transparência, comunicação com a comunidade externa, facilidade de acesso às informações.		Ementa: Clima institucional. Gestão e organização de espaços, rotinas. Divisão de responsabilidades e atribuições. Mapeamento de processos.		Ementa: Valores em geral. Comprometimento, compromisso, democracia, direitos do cidadão, humanização das relações no interior da instituição, sustentabilidade, integração com outros segmentos da sociedade.		Ementa: Regulamentações da representação em órgãos colegiados. Definição de normas, responsabilidades e atribuições desses órgãos na instituição. Critérios de composição e necessidade de discussão da participação de cada segmento representado.	
Extensão, pesquisa e pós-graduação no âmbito da política de ensino							69
Inclui os temas de extensão, pesquisa, pós-graduação, divulgação científica e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito da política de ensino.							
Extensão	26	Pesquisa, pós-graduação e divulgação científica	35	Articulação ensino, pesquisa e extensão		8	
Ementa: Extensão e comunidade. Projetos de extensão como parte do ensino. Ampliação da extensão. Extensão e comunidade.		Ementa: Cursos de pós-graduação: oferta e ampliação da oferta. Educação científica. Ensino por meio da pesquisa. Incentivo à pesquisa. Fomento à pesquisa. Iniciação científica. Articulação entre ensino, pesquisa e extensão.					

4.2 Política de pesquisa

Gestão da pesquisa										405	
Inclui temas ligados à gestão da pesquisa, como referentes à avaliação e acompanhamento da pesquisa, divulgação científica na instituição, fomento à pesquisa, infraestrutura de pesquisa, parcerias institucionais e participação de servidores na pesquisa.											
Avaliação e acompanhamento	7	Divulgação científica - comunicação	59	Fomento	155	Infraestrutura	77	Parcerias público-privadas	66	Servidores	41
Ementa: Avaliação e acompanhamento da pesquisa. Relevância da pesquisa.		Ementa: Acesso à informação sobre a pesquisa na instituição. Divulgação da pesquisa em geral. Comunicação sobre a pesquisa na instituição.			Ementa: Fomento à pesquisa. Incentivo à pesquisa. Grupos de pesquisa. Bolsas e auxílios ligados à pesquisa. Criação de editora do CEFET-MG. Fomento à produção intelectual de professores, técnicos e discentes.		Ementa: Infraestrutura para pesquisa. Materiais e laboratórios de pesquisa. Materiais bibliográficos e pesquisa. Biblioteca.		Ementa: Parcerias entre o CEFET-MG e outras instituições na realização de pesquisas. Parceria entre o CEFET-MG e instituições privadas na realização de pesquisas.		Ementa: Participação dos servidores na pesquisa. Regulamentação da proposição, condução e participação em pesquisa.
Temáticas de pesquisa e relações entre pesquisa e sociedade										148	
Envolve sugestões ligadas a temáticas/abrangência das pesquisas e à relação entre pesquisa e sociedade.											
Pesquisa e temáticas				92	Pesquisa e sociedade					56	
Ementa: Temáticas de pesquisa. Temas e metodologias de pesquisa. Transdisciplinaridade na pesquisa. Criação de linhas de pesquisa. Sustentabilidade e meio ambiente. Tecnologias assistivas. Economia. Pesquisa educacional. Pesquisa social. Desigualdades.				Ementa: Pesquisa e sociedade. Relevância das pesquisas. Transferência de conhecimento para a sociedade. Redução da desigualdade. Qualidade de vida.							
Valores e fundamentos da pesquisa										21	
Inclui temas transversais à pesquisa. Podem tanto ser objeto da pesquisa, como temas, quanto serem fundamentos da pesquisa em geral e da formação do pesquisador.											
Diversidades			8	Valores - geral						13	
Ementa: Diversidades. Diversidade religiosa. Gênero. Relações Étnico-Raciais. Igualdade.			Ementa: Direitos humanos. Formação humanística. Igualdade. Democracia. Ética. Política.								
Inovação, empreendedorismo, transferência de saberes, pesquisa e carreira										71	
Inclui temas como empreendedorismo, crítica ao empreendedorismo, transferência de tecnologia e de saberes, relações entre pesquisa, trabalho/carreira.											
Inovação tecnológica, empreendedorismo e transferência de tecnologia e saberes				66	Pesquisa e trabalho / carreira					5	
Ementa: Empreendedorismo. Crítica ao empreendedorismo. Inovação. Inovação tecnológica. Transferência de saberes para a sociedade. Tecnologias.				Ementa: Relações entre pesquisa e carreira. Carreira acadêmica. Pesquisa e mercado de trabalho.							
Pesquisa, ensino e extensão										90	
Inclui os temas mencionados na área da pesquisa e que estão relacionados ao ensino e à extensão.											
Ingresso na pesquisa científica		33	Níveis de ensino e pesquisa		27	Currículo		19	Articulação entre ensino, pesquisa e extensão (e/ou)		11
Ementa: Democratização e ampliação do ingresso na pesquisa. Informação sobre os critérios e procedimentos para ingresso e participação na pesquisa. Iniciação Científica. Inclusão de mais áreas de conhecimento na iniciação científica.			Ementa: Pesquisa na EPTNM. Pesquisa na Graduação. Pesquisa na Pós-Graduação. Apoio e incentivo à pesquisa nos diferentes níveis de ensino.			Ementa: Pesquisa como parte da formação. Incentivo à participação discente, na perspectiva. Disciplinas relacionadas à pesquisa científica.			Ementa: Articulação direta entre ensino, pesquisa e extensão. Integração.		

4.3 Política de extensão

Áreas e abrangência da extensão											122				
Envolve temas ligados à abrangência e a temas a serem contemplados pela Extensão.															
Arte e cultura	43	Empreendedorismo e inovação tecnológica	53	Esporte	3	Direitos humanos, diversidade e políticas públicas	15	Línguas, leitura e letramento	3	Meio ambiente	5				
Ementa: Arte e cultura na extensão. Fomento à cultura. Produção artístico-cultural e extensão.		Ementa: Empreendedorismo e inovação. Fomento à inovação. Patentes. Desenvolvimento e transferência de tecnologia.		Ementa: Esporte. Fomento ao esporte no âmbito da extensão.		Ementa: Direitos Humanos. Cidadania. Ética. Diversidades. Diversidade religiosa. Diversidade sexual. Inclusão. Políticas Públicas.		Ementa: Extensão na área de línguas.		Ementa: Extensão e educação socioambiental. Meio ambiente. Sustentabilidade.					
Relações entre extensão e sociedade											89				
Envolve as relações entre extensão e sociedade, comunidade.															
Extensão e desenvolvimento social			44	Extensão e desenvolvimento regional / local			33	Trabalho, emprego e estágio			12				
Ementa: Relações entre extensão e sociedade. Impacto social da extensão. Extensão e desenvolvimento local, regional e social. Integração escola/comunidade. Tecnologias sociais.							Ementa: Integração entre os níveis de ensino por meio de extensão. Extensão na EPTNM. Extensão na Graduação.								
Extensão, Ensino e Pesquisa											66				
Envolve os temas que relacionam, em alguma medida, a extensão ao ensino e à pesquisa.															
Articulação ensino, pesquisa e extensão (e/ou)		31	extensão e currículo			5	Níveis de ensino		24	18 visitas técnicas e viagens		6			
Ementa: Articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.		Ementa: Curricularização da extensão. Extensão e interdisciplinaridade. Extensão e formação acadêmica.			Ementa: Integração entre os níveis de ensino por meio de extensão. Extensão na EPTNM. Extensão na Graduação.			Ementa: Visitas técnicas. Viagens escolares.							
Gestão da extensão											206				
Inclui temas ligados à gestão da extensão, como acompanhamento e avaliação da extensão, assim como a divulgação, comunicação e transparência, realização de eventos, fomento à extensão e ampliação, envolvimento de servidores.															
Administração e acompanhamento		17	divulgação - comunicação			32	Eventos		49	Fomento - geral		91	Servidores		17
Ementa: Acompanhamento de projetos de extensão. Descentralização. Gestão de projetos de extensão. Avaliação dos projetos e de atividades de extensão.		Ementa: Divulgação científica. Mostras de extensão. Divulgação de ações de extensão. Eventos de extensão. Visibilidade da extensão.			Ementa: Eventos de extensão. Integração com a comunidade por meio de eventos.			Ementa: Fomento à extensão. Investimento em extensão. Apoio institucional aos projetos e às atividades de extensão.			Ementa: Participação de servidores em atividades de extensão: docentes e técnicos. Orientação e coordenação de projetos de extensão.				

4.4 Políticas institucionais

Desenvolvimento Estudantil: acompanhamento e assessoramento pedagógico, acompanhamento psicológico, inclusão, diversidade					171
Inclui políticas de apoio e acompanhamento pedagógico ao discente, políticas de assessoramento pedagógico ao docente, políticas de inclusão e diversidades e política estudantil (acompanhamento psicológico e assistência estudantil)					
Acompanhamento e assessoramento pedagógico	43	Inclusão, acessibilidade e diversidades	67	Política estudantil	61
Ementa: Política de apoio e acompanhamento ao discente. Política de assessoramento pedagógico ao docente.		Ementa: Política de Inclusão. Inclusão digital. Inclusão social e educacional. Diversidades. Pessoa com deficiência.		Ementa: Política de saúde mental do estudante. Acompanhamento psicológico. Política de assistência estudantil (alimentação e bolsas).	

Desenvolvimento estudantil acompanhamento e assessoramento pedagógico, acompanhamento psicológico, inclusão, diversidade (*)						165	
Pela Classificação Decimal Universal, inclui temas de áreas diferentes, que foram reagrupados em função da organização institucional, que reúne tais áreas. Inclui política estudantil, como saúde do estudante, acompanhamento psicológico, bolsas e auxílios, além dos temas: diversidades, inclusão, pessoas com deficiência, acompanhamento pedagógico, questões relacionadas aos discentes em geral.							
Política estudantil	45	Diversidades, inclusão e acessibilidade	77	Apoio pedagógico	20	Discentes	23
Ementa: Políticas estudantis. Programas de acompanhamento Psicológico. Orientação Educacional. Saúde do estudante. Saúde mental do estudante. Bolsas e Auxílios		Ementa: Inclusão social. Inclusão Educacional/ escolar. Pessoas com deficiência. Diversidades. Gênero. Acessibilidade. Acessibilidade digital.		Ementa: Acompanhamento Pedagógico. Acompanhamento Acadêmico. Acolhimento discente. Orientação educacional.		Ementa: Participação discente. Disciplina. Responsabilidades discentes. Perfil discente. Acolhimento discente.	

(*) Este tema foi sugerido no âmbito da política de ensino. Pela ligação maior com a área da política institucional, foi incluído aqui. Note-se que é muito parecido com o quadro anterior.

Internacionalização, mobilidade acadêmica		23
Inclui políticas de convênios com outras instituições, mobilidade acadêmica e internacionalização.		
Mobilidade, intercâmbio e internacionalização		23
Ementa: Políticas de mobilidade acadêmica. Convênios com outras instituições. Intercâmbio. Internacionalização.		

Estágio, trabalho e egressos				21
Inclui política de estágios, trabalho e políticas de acompanhamento de egressos				
Estágio e trabalho	15	Egressos	6	
Ementa: Inserção no mundo do trabalho. Apoio ao aluno trabalhador. Escola e mundo do trabalho. Políticas de estágio.			Ementa: Política de Acompanhamento de egressos.	

Ensino, pesquisa e extensão						90
Inclui políticas de incentivo à pesquisa científica, ao ensino, verticalização e expansão do ensino, assim como políticas de articulação entre ensino, pesquisa e extensão.						
Pesquisa científica	20	Ensino	24	Currículo	37	Articulação ensino, pesquisa e extensão (e/ou) 9
Ementa: Políticas de apoio à pesquisa científica e tecnológica. Divulgação científica. Transferência de conhecimento e de tecnologia.		Ementa: Política de expansão. Verticalização do ensino.		Ementa: Política curricular. Disciplinas. Organização anual, semestral e bimestral dos cursos. Multidisciplinaridade. Interdisciplinaridade. Atividades extracurriculares.		Ementa: Articulação e integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Gestão Institucional						153
Inclui os temas ligados à gestão escolar especificamente, infraestrutura, servidores, valores da gestão pública.						
Gestão e organização escolar	30	Infraestrutura	17	Servidores	81	Valores 25
Ementa: Políticas de divulgação e transparência. Políticas de mediação de conflitos. Políticas de gestão de pessoas (concursos). Planejamento institucional. Planejamento participativo. Políticas de participação e gestão democrática.		Ementa: Políticas ligadas à infraestrutura. Espaços, restaurantes, cantinas, bibliotecas, laboratórios.		Ementa: Políticas de gestão de pessoas. Capacitação de servidores técnico-administrativos e docentes. Saúde mental dos servidores. Avaliação dos servidores. Apoio à formação e capacitação de servidores. Apoio à produção científica e tecnológica de servidores.		Ementa: Valores para a gestão institucional em geral. Direitos humanos. Transparência. Respeito à diferença. Gestão democrática.

Infraestrutura/recursos e pessoal (**)						188
Inclui "infraestrutura", em suas subcategorias "biblioteca e recursos informacionais e didáticos", "infraestrutura de transporte", "laboratórios", "tecnologias". Inclui "Servidores", com as subcategorias "docentes" e "técnicos-administrativos", envolvendo os temas de formação e capacitação constante desses servidores, conduta e comportamento desses servidores, relações entre eles e com os alunos e comunidade em geral.						
Infraestrutura		59			Servidores	129
Ementa: Condições materiais necessárias à realização do ensino, da pesquisa e da extensão: espaços e equipamentos como laboratórios e bibliotecas, recursos de informática e outras tecnologias, transporte.				Ementa: Servidores docentes e técnico-administrativos. Formação e capacitação de docentes e técnico-administrativos. Conduta e comportamento de servidores. Relações entre servidores e entre estes, alunos e comunidade em geral.		

(**) Este tema foi sugerido no âmbito da política de ensino. Pela ligação maior com a área da política institucional, foi incluído aqui.

Políticas de esporte, arte, cultura e lazer						28
Inclui políticas de esporte e lazer, assim como políticas ligadas à arte e à cultura em geral						
Esporte e lazer	15			Arte, letras e cultura	13	
Ementa: Esporte e lazer. Esporte e ensino. Incentivo e apoio ao esporte.				Ementa: Incentivo às atividades artísticas, culturais e esportivas. Arte e cultura como integrantes dos processos formativos.		

5 METODOLOGIA: FASES E PROCEDIMENTOS PARA AS DISCUSSÕES

Nesta seção, indicam-se procedimentos para a realização das discussões, em fases, assim como um instrumento metodológico que facilitará o processo de discussão.

A metodologia, na perspectiva do planejamento participativo, precisa incluir uma fase em que todos os membros da instituição participem das discussões. Do contrário, exclui-se a ideia de repensar a instituição globalmente. Por isso, define-se no cronograma uma primeira fase em que todos os *campi* realizem discussões sobre todos os temas sugeridos na consulta pública de temas, feita no início do processo de elaboração do PPI. Em seguida, a elaboração das propostas pode ser realizada por Grupos de Trabalho constituídos após a primeira fase de discussões.

5.1 Fase: Preparação

Período: maio/2020 a dez./2020

Nesta fase, a comissão geral estudou as possibilidades para a elaboração coletiva do PPI do CEFET-MG, selecionou textos de referência, elaborou as chamadas, participou da criação de materiais de divulgação pela Secom, entre outras atividades. De forma sintética, a fase incluiu:

- Conhecimento de conceitos;
- Leitura de documentos institucionais, legislação etc.;
- Criação de comitês locais, incluindo todos os procedimentos das solicitações ao encaminhamento das portarias aos presidentes das comissões;
- Planejamento da formação dos membros das comissões locais de elaboração do PPI;
- Elaboração de cronogramas;
- Construção do **mapa de consulta/questionário**;
- Criação de vídeo institucional, chamando a comunidade para a discussão do PPI (Colaboração da Secom);
- Criação do material de divulgação - reuniões on-line, material para redes sociais (Colaboração da Secom);
- Relatório da primeira fase (setembro de 2020) e solicitação da prorrogação do prazo.

Observação: Essa fase foi iniciada em abril de 2020 e foi interrompida em julho de 2020, com o início do planejamento do ensino remoto emergencial no CEFET-MG. A interrupção durou até novembro de 2020.

5.2 Fase: Elaboração I – Consulta de temas

Período: jan./2021 a abr./2021

Nesta fase, foi realizada uma consulta pública dos temas que deveriam ser objeto de discussão pela própria comunidade na fase seguinte, nas áreas: ensino, pesquisa, extensão e políticas institucionais. O questionário foi aplicado a servidores terceirizados, técnicos-administrativos, alunos e professores. A consulta durou de 03 de fevereiro a 28 de fevereiro de 2021. Os temas avaliados pelos participantes, assim como as sugestões coletadas, foram organizados na seção 4 deste caderno.

5.3 Fase: Elaboração II – Discussão

Período: maio/2021 a out./2021

Nesta fase, o campus deverá promover a discussão sobre todos os grandes temas constantes nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e políticas institucionais, a partir de uma reflexão sobre valores e princípios. Concomitantemente a esta fase de trabalho interno dos *campi*, a comissão geral organizará eventos gerais, contemplando temas diversos. Dessa forma, as comissões locais terão autonomia para estabelecer seu próprio cronograma dentro do prazo mais amplo estabelecido, de modo que contemple as especificidades de cada *campus* quanto à disponibilidade. Docentes, técnicos e discentes poderão escolher participar de temas conforme a afinidade, interesse e disponibilidade. Nessa fase, para as discussões, os grupos poderão utilizar a Matriz Swot sugerida para a reflexão inicial sobre o tema, devendo essa reflexão resultar em uma proposta de diretriz. **Importante: diante da reflexão possibilitada, os grupos devem expressar uma diretriz.** Ao final, o grupo deve escolher um representante para levar essa diretriz para a discussão que ocorrerá na fase seguinte. Essa fase pode ser realizada seguindo os passos definidos nos subitens a seguir.

5.3.1 Elaboração e execução do cronograma local

A comissão local deverá discutir, propor e executar um cronograma local, conforme as condições locais, escolher as plataformas para a discussão etc. A única regra aqui é atentar-se ao prazo para a conclusão desta fase (de maio à outubro)

5.3.2 Reflexão valorativa

Refere-se ao momento em que o grupo analisa a missão institucional, os valores e elege os princípios que orientarão o processo de discussão.

- Análise da Resolução CD-011/20, de 17 de março de 2020, que *homologa a Resolução CG-001/20, de 9 de março de 2020, do Comitê de Governança, que aprova Missão, Visão e Valores Institucionais do CEFET-MG*. Disponível em: http://www.conselhodiretor.cefetmg.br/galerias/Arquivos_ConDir/Resolucoes/Resolucoes_2020/RES_CD_011_20.htm
- Análise dos princípios da educação nacional (Constituição Federal - Art. 206; Lei 9.394/96 – Art. 3º).
- Nessa fase, é possível discutir outros documentos nacionais e internacionais. Por exemplo, Plano Nacional de Educação, Agendas Ambientais nacionais e internacionais, entre outros documentos que possam ajudar a entender o que é necessário priorizar no desenvolvimento social em geral e no desenvolvimento da instituição de ensino. Como, por exemplo, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (<http://www.agenda2030.org.br/ods/4/>)
- Listagem de princípios considerados pelo grupo como importantes para a condução das discussões e elaboração de propostas. Podem ser acrescentados princípios considerados importantes pelo grupo e que não estão na legislação.
- Outros materiais significativos para essa construção serão disponibilizados na página <https://www.avaliacao.cefetmg.br/>

5.3.3 Organização de grupos para a discussão dos temas

Os temas podem ser discutidos em reuniões gerais, mas também em formato de grupos, permitindo que os sujeitos possam contribuir com o tema com o qual possuem maior afinidade. Também é possível alterar discussões gerais no *campus* com discussões em grupos.

5.3.4 Aplicação da matriz SWOT

A matriz Swot, indicada no item 5.5, deve ser utilizada para a reflexão sobre os temas, possibilitando, em seguida, a redação de uma proposta para aquele tema. O objetivo não é preencher a matriz, pois não é ela que deve ser entregue, mas possibilitar um diagnóstico da situação e, em seguida, a redação de uma proposta para aquela área/temas.

5.3.5 Sintetização das propostas e diretrizes

Para cada área, deve-se eleger pelo menos uma proposta de diretriz. As propostas podem ser especificadas segundo os temas sugeridos ou serem gerais, contemplando mais de um tema ou todos eles, quando isso for possível. O formato final, por *campus*, deve conter:

- Uma síntese dos princípios considerados relevantes pelo campus, em formato de lista;
- Um diagnóstico geral (a partir da matriz SWOT) para cada uma das quatro áreas: ensino, pesquisa, extensão e políticas institucionais (é desejável que se especifiquem diagnósticos sobre os temas), um texto de no máximo uma página para o diagnóstico completo;
- Uma proposta de diretrizes que orientarão as políticas da instituição em cada uma das quatro áreas - ensino, pesquisa, extensão e outras políticas institucionais. É desejável que se especifiquem diretrizes para temas contidos nessas áreas, pois isso ajudará na próxima fase (quadros da seção 4 deste caderno). Diretrizes podem ser escritas em forma de texto. Se necessário, especificadas em tópicos. É importante lembrar que um documento que contém diretrizes não é um documento prescritivo, mas “um documento de reflexão, na medida em que se esforça para expor as ‘razões’ dos aspectos às vezes indicados como elementos de qualidade” (BONDIOLI, 2013, p. 24).
- As diretrizes serão apresentadas por campus;

5.4 Fase: Elaboração III - síntese

Período: ago./2021 a out./2021

Nesta fase, formam-se grupos, com representantes de todos os *campi*. O objetivo é que as propostas sejam integradas/unificadas e aperfeiçoadas, levando em conta as visões dos diferentes campi sobre a matéria.

5.4.1 Formação dos Grupos Temáticos Intercampi

Os grupos serão formados por temas no âmbito das quatro áreas. Cada grupo deve ter representantes de todos os *campi*. Cada grupo terá o nome do tema seguido do nome da área (Ensino, Pesquisa, Extensão ou Políticas Institucionais), por exemplo:

Relações entre extensão e sociedade/ Extensão

5.4.2 Organização e elaboração das sínteses.

Os grupos deverão se organizar, de modo que cada campus possa apresentar sua síntese para aquele tema e, ao final, os membros cheguem a um consenso, sintetizando numa única proposta;

Os grupos poderão organizar reuniões independentes, ouvir membros da comunidade que considerem diretamente interessados no tema, ouvir especialistas etc. Ao final do prazo, apresentarão uma proposta para o tema.

5.4.3 Apresentação das sínteses

O modelo para as propostas será construído pelas comissões central e locais, de modo que nessa fase os grupos tenham referências para apresentar propostas com o mesmo formato.

5.5 Fase: Revisão e Aprovação

Período: nov. 2021 e dez. 2021

Esta fase se constitui da validação do texto final por meio de consulta pública no site www.avaliacao.cefetmg.br (disponibilização para leitura e contribuição pelos *campi*); conclusão dos textos, revisão, formatação, diagramação. Em seguida, o Projeto é encaminhado para o CEPE para uma última revisão e, em seguida, para homologação pelo Conselho Diretor. O trabalho nessa fase é conduzido pela Comissão Geral de Elaboração do PPI.

5.6 O Instrumento de coleta de dados: Matriz SWOT

A análise SWOT (*Strengths* – Forças; *Weaknesses* – Fraquezas; *Opportunities* – Oportunidades; *Threats* - Ameaças) é uma ferramenta que consiste na análise do **ambiente interno** de uma instituição, no caso o CEFET-MG, por meio da investigação de suas **forças e fraquezas**, e do **ambiente externo** a partir das **ameaças e oportunidades**.

Essa ferramenta auxilia na tomada de decisões, por meio da percepção do macroambiente analisado, no caso o CEFET-MG/*campus*. Ela tem como objetivo promover um **diagnóstico estratégico** com previsão de desafios e análises de prevenção, ao mesmo tempo que direciona o tomador de decisão no que tange às diretrizes a serem seguidas, norteadas pelo PDI, os PPCs e demais documentos balizadores do CEFET-MG.

O método SWOT nada mais é do que uma abreviatura de quatro focos de análise. Leva em consideração:

- a) os êxitos (objetivos alcançados, aspectos fortes, benefícios, satisfação);
- b) as deficiências (dificuldades, fracassos, aspectos fracos, descontentamento);
- c) potenciais (capacidades sem explorar, ideias de melhoramento) e;
- d) os obstáculos (contexto adverso, oposição, resistências contra mudança).

5.6.1 Etapa 1 - Diagnóstico por matriz SWOT

A partir de uma consulta pública à nossa comunidade acadêmica, foram identificados os temas a serem discutidos na elaboração do PPI. A próxima etapa consiste na discussão desses temas para, em seguida, elaborar as diretrizes gerais quanto às práticas acadêmicas do CEFET-MG (práticas pedagógicas), de maneira a promover o seu avanço contínuo. Para isso, será utilizada a ferramenta de diagnóstico denominada Matriz SWOT. Nessa abordagem, as características das organizações (forças e fraquezas) e as características externas (oportunidades e ameaças) formam a matriz. O resultado de sua aplicação é o diagnóstico sobre as percepções quanto aos ambientes internos e externos e o delineamento para a elaboração dos planos de ações referentes ao ensino, à pesquisa, à extensão e às políticas institucionais.

Dessa forma, você, como servidor ou discente, está sendo convidado a indicar os pontos fortes (forças) e os pontos fracos (fraquezas) da instituição com relação aos fatores mais relevantes já levantados, assim como as oportunidades e as ameaças do ambiente externo.

		FORÇAS	FRAQUEZAS
AMBIENTE INTERNO		Atributos únicos da Instituição.	Aspectos que a instituição não faz bem e poderia fazer melhor.
		Aspectos que conduzem aos objetivos da instituição.	Aspectos que afastam dos objetivos da instituição.
		OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
AMBIENTE EXTERNO		Aspectos do contexto (conjunturais) de instituições similares.	Aspectos com potencial para prejudicar o desempenho da instituição.
		Aspectos não explorados pela instituição.	Aspectos demográficos, políticos, sociais, econômicos ou tecnológicos.
		Aspectos alinhados à visão e à estratégia.	

5.6.2 Etapa 2 – Análise dos aspectos apontados na matriz SWOT

A partir dos pontos fortes e fracos, bem como das oportunidades e ameaças apontadas para a instituição, em relação aos temas levantados na consulta pública realizada como uma das etapas da elaboração do PPI, você, como servidor ou discente, está sendo convidado a fazer uma análise crítica sobre esses aspectos, em que deve relacionar os fatores mais relevantes e, a partir da análise SWOT realizada, propor diretrizes para nortear a instituição na elaboração de suas políticas, programas e planos de ações relativos ao ensino, à pesquisa, à extensão e ao desenvolvimento institucional.

		AMBIENTE EXTERNO	
		OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
MATRIZ SWOT		O1	A1
		O2	A2
		O3	A3
		O4	A4
		O5	A5
AMBIENTE INTERNO	FORÇAS		FO1
			FO2
			FO3
			FO4
			FO5
	FRAQUEZAS		FR1
			FR2
			FR3
			FR4
			FR5

5.6.3 Etapa 3 - Elaboração de propostas de diretrizes

Nesta etapa, que seria, na utilização mais comum da matriz SWOT, a elaboração do plano de ação, adaptou-se para a elaboração das diretrizes. Essas diretrizes deverão ser apresentadas conforme o item 5.3.5.

6 CRONOGRAMA

AGENTE	FASES E PERÍODOS PARA A ELABORAÇÃO DO PPI				
	Preparação	Elaboração I – consulta de temas	Elaboração II – discussão	Elaboração III - síntese	Revisão e aprovação do PPI
	Período: maio/2020 a dez./2021	Período: jan./21 a abr./2021	Período: maio/2021 a out./2021	Período: ago./2021 a out./2021	Período: nov./2021 e dez./2021
Comissão Geral	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento de conceitos; • Leitura de documentos institucionais, legislação etc. • Criação de comitês locais • Planejamento da formação dos membros dos comitês • Elaboração de cronogramas • Construção do mapa de consulta/questionário • Criação de vídeo institucional, chamando a comunidade para a discussão do PPI (Colaboração da Secom); • Criação do material de divulgação • reuniões on-line, material para redes sociais (Colaboração da Secom); • Relatório das atividades da primeira fase; 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação das atividades da comissão geral aos comitês locais • Apoio dos comitês locais, das representações estudantis e da SECOM para a divulgação do questionário; • Aplicação da consulta pública de temas; • Tabulação de dados da consulta; • Divulgação dos dados coletados às comissões locais; • Criação do caderno de orientações; • Divulgação de vídeo institucional (histórico do CEFET-MG); • Produção de Caderno de Orientações e finalização do cronograma. • Lançamento do site 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização (em parceria com a Secom) de lives, palestras e outros eventos gerais, visando ao esclarecimento sobre temas; • Orientação das comissões locais; • Divulgação dos cronogramas locais. • Alimentação do site com as informações à comunidade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação da criação dos GTs temáticos, com representantes dos campi; 	<ul style="list-style-type: none"> • Validação do texto final (disponibilização para leitura e contribuição pelos campi); • Finalização dos textos; • Revisão; • Discussão no CEPE/ Conselho Diretor; • Encaminhamento para homologação pelo Conselho Diretor.

AGENTE	FASES E PERÍODOS PARA A ELABORAÇÃO DO PPI				
	Preparação	Elaboração I – consulta de temas	Elaboração II – discussão	Elaboração III - síntese	Revisão e aprovação do PPI
	Período: maio/2020 a dez. /2021	Período: jan./21 a abr./2021	Período: maio/2021 a out./2021	Período: ago./2021 a out./2021	Período: nov./2021 e dez./2021
Comissões Locais	-	<ul style="list-style-type: none"> Participação nas reuniões promovidas pela Comissão Geral Divulgação de vídeo institucional (histórico do CEFET-MG); Indicação de convidados para os eventos 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração do cronograma próprio, contemplando os grandes temas constantes nas áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Políticas Institucionais; Realização das discussões temáticas; Aplicação da Matriz SWOT; Execução dos cronogramas locais; Elaboração de relatório das discussões locais, com o diagnóstico e as diretrizes elaboradas. Criação dos GTs da próxima fase. 		
GTs Temáticos Inter campi	-	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Seminários (por tema), para síntese e unificação das propostas dos campi. Relatório das propostas de diretrizes para as políticas. 	

REFERÊNCIAS

BONDIOLI, Ana. Dos indicadores às condições do projeto educativo. In: BONDIOLI, Ana (Org.). **O projeto pedagógico da creche e sua avaliação**. São Paulo: Autores Associados, 2013. p. 13-32.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). **Avaliação externa de instituições de educação superior: diretrizes e instrumento**. Brasília: MEC, 2006. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/Avalia%C3%A7%C3%A3o+externa+de+institui%C3%A7%C3%B5es+de+educa%C3%A7%C3%A3o+superior+diretrizes+e+instrumento/b5353582-a9ab-4993-b50a-03d5184f5a18?version=1.2>. Acesso em: 26 maio 2020.

GANDIM, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. 21. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2000.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS – CEFET-MG. Diretoria de Governança e Desenvolvimento Institucional. **Gestão estratégica**. Apresentação em Power Point. 2020.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos para elaboração e realização**. 20. ed. São Paulo: Libertad, 2010.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

